



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIAS POLÍTICAS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Gabriela Veronezi

**TDH E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA  
DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Florianópolis

2026

**TDAAH E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA  
DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof.(a) Sandra Caponi

Florianópolis

2026

**Veronezi, Maria Gabriela TDAH E INCLUSÃO NO  
AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA DA  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Tdah e Inclusão no Ambiente Escolar: Uma Revisão de  
Literatura da Produção Científica Brasileira Nas Ciências Sociais / **Maria  
Gabriela Veronezi; orientadora: Sandra Caponi. – 2026.  
37 p.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2026.

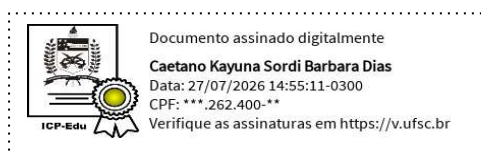
Inclui Referências.

1. Ciências Sociais. 2. TDAH. 3. Medicalização. 4. Ciências Sociais.  
5. Inclusão. I. Caponi, Sandra. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

## **TDAH e inclusão no ambiente escolar: uma revisão de literatura da produção científica brasileira nas ciências sociais**

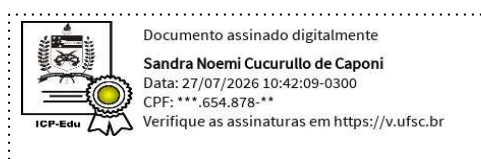
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, SC. Julho de 2026.



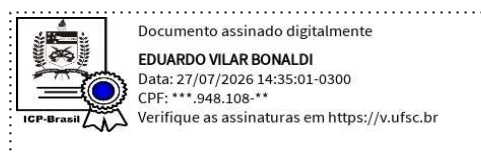
**Coordenação do Curso**

### **Banca examinadora**

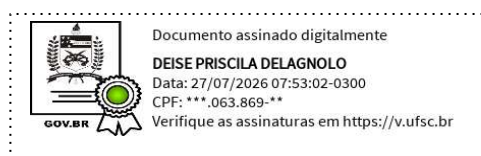


**Profa. Dra. Sandra Caponi**

### **Orientadora**



**Dr. Eduardo Bonaldi**



**Dda. Deise Dalagnolo**

Florianópolis, 2026.

*Dedico este trabalho à minha filha Aurora,  
fonte inesgotável de amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho não foi um caminho simples. Foi construída entre desafios, incertezas e momentos em que seguir adiante parecia difícil. Por isso, este espaço é, antes de tudo, um reconhecimento de que nenhuma conquista é individual.

Aos meus pais, expresso minha mais profunda gratidão. Foram eles que, mesmo diante das dificuldades, me ensinaram o valor da persistência, da dignidade e do esforço. Cada página deste trabalho carrega, de alguma forma, os ensinamentos silenciosos que recebi ao longo da vida.

À minha filha, Aurora, razão maior de tudo, dedico este trabalho com amor. Foi por ela e por tudo o que ela representa que encontrei forças para continuar, mesmo nos momentos mais difíceis. Sua existência ressignifica cada conquista e dá sentido a cada renúncia.

À minha orientadora, Sandra Caponi, agradeço pela orientação generosa, pelo rigor intelectual e pela confiança ao longo deste percurso. Suas contribuições foram fundamentais não apenas para a construção deste trabalho, mas para minha formação acadêmica e crítica.

Ao professor Eduardo Villar Bonaldi, agradeço pela atenção, pelas contribuições e pelo incentivo ao longo da trajetória acadêmica. Seu apoio, por mais que talvez não lembre, foi essencial para o amadurecimento deste percurso.

Por fim, agradeço a mim mesma, pela coragem de não desistir. Este trabalho representa mais do que uma exigência acadêmica: é a prova de que, mesmo diante das adversidades, é possível continuar, aprender e transformar.

*“A norma não se define como lei natural, mas  
como princípio de correção.”*

*Michel Foucault*

## **RESUMO**

Este trabalho analisa criticamente a produção científica brasileira nas Ciências Sociais sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto da inclusão escolar, no período de 2010 a 2025. A pesquisa adota abordagem qualitativa e utiliza como procedimento metodológico a revisão de literatura sistematizada, orientada pela análise de conteúdo, com seleção de artigos em bases acadêmicas a partir de critérios previamente definidos. A análise organiza os estudos em categorias como medicalização, práticas escolares e inclusão, permitindo identificar tendências e tensões no campo. A discussão evidencia que, apesar do crescimento das publicações sobre o tema, predomina uma perspectiva biomédica na compreensão do TDAH, enquanto as Ciências Sociais contribuem ao problematizar essa abordagem, destacando os processos de medicalização da infância, normalização e regulação no ambiente escolar. Os resultados indicam que o diagnóstico é frequentemente utilizado como principal resposta às dificuldades escolares, favorecendo processos de rotulação e deslocando a responsabilidade das instituições educacionais para o aluno. Verifica-se, ainda, que a inclusão escolar, embora prevista em políticas públicas, permanece limitada na rotina escolar, sendo muitas vezes feita de forma que apenas formalmente ela está presente, sem transformações efetivas nas práticas pedagógicas. Conclui-se que o TDAH deve ser visto para além de sua dimensão clínica, como algo socialmente construído, ou seja, devemos olhar para ele também pela parte educacional, institucional e política.

**Palavras-chave:** TDAH; medicalização; Ciências Sociais.

## **ABSTRACT**

This study critically analyzes Brazilian scientific production in the Social Sciences regarding Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) within the context of school inclusion between 2010 and 2025. The research adopts a qualitative approach and employs a systematized literature review as its methodological procedure, guided by content analysis, with the selection of articles from academic databases based on previously defined criteria. The analysis organizes the studies into categories such as medicalization, school practices, and inclusion, allowing the identification of trends and tensions within the field. The discussion reveals that, despite the growth of publications on the subject, a biomedical perspective still predominates in the understanding of ADHD, while the Social Sciences contribute by problematizing this approach and highlighting the processes of childhood medicalization, normalization, and regulation within the school environment. The results indicate that diagnosis is frequently used as the primary response to school-related difficulties, fostering labeling processes and shifting responsibility from educational institutions to the student. Furthermore, school inclusion, although guaranteed by public policies, remains limited in everyday school practices, often occurring only formally, without effective transformations in pedagogical approaches. It is concluded that ADHD should be understood beyond its clinical dimension, as a socially constructed phenomenon that must also be analyzed from educational, institutional, and political perspectives.

**Keywords:** ADHD; medicalization; Social Sciences.

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** – Critérios de Escolha dos Estudos (para compor o corpus da revisão) ...20

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> – Síntese da Revisão da Produção Científica Brasileira sobre TDAH e Inclusão Escolar (2010–2025) | 23 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |                                                             |
|---------------|-------------------------------------------------------------|
| <b>ABNT</b>   | Associação Brasileira de Normas Técnicas                    |
| <b>APA</b>    | American Psychiatric Association                            |
| <b>BDTD</b>   | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações       |
| <b>CAPES</b>  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| <b>DSM</b>    | Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders       |
| <b>IBGE</b>   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| <b>LDB</b>    | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional              |
| <b>MEC</b>    | Ministério da Educação                                      |
| <b>OMS</b>    | Organização Mundial da Saúde                                |
| <b>SciELO</b> | Scientific Electronic Library Online                        |
| <b>SEESP</b>  | Secretaria de Educação Especial                             |
| <b>SUS</b>    | Sistema Único de Saúde                                      |
| <b>TDAH</b>   | Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade           |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                       | <b>1</b>  |
| <b>2 TDAH, MEDICALIZAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO .....</b>                        | <b>4</b>  |
| <b>3 REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (2010–2025) .....</b>                                                           | <b>10</b> |
| 3.1 Tendências Epidemiológicas, Diagnóstico e Consumo de Medicamentos -<br>Panorama Nacional e Implicações Para A Escola ..... | 11        |
| 3.2 Percepções e Práticas Docentes: Evidências Empíricas .....                                                                 | 13        |
| 3.3 Intervenções Pedagógicas no Campo Brasileiro: Evidências de Eficácia e Limites<br>Contextuais.....                         | 14        |
| 3.4 Perspectivas das Ciências Sociais: Medicalização, Desigualdades e<br>Institucionalidade Escolar .....                      | 14        |
| 3.4 Lacunas Metodológicas e Prioridades de Pesquisa Para o Contexto Brasileiro ...                                             | 15        |
| 3.5 Síntese Crítica e Implicações para Prática e Políticas Escolares .....                                                     | 15        |
| 3.6 Propostas de Pesquisa e Articulação Interinstitucional (Diretrizes Para<br>Investigação Futura).....                       | 16        |
| 3.7 Síntese Da Produção Científica Brasileira Sobre TDAH e Inclusão Escolar (2010–<br>2025) .....                              | 16        |
| 3.7.1 Análise interpretativa (síntese narrativa da tabela).....                                                                | 24        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                            | <b>28</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem ocupado um lugar central nas discussões contemporâneas sobre educação inclusiva, saúde mental e diversidade no contexto escolar brasileiro. A consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), aumentou o debate sobre as práticas pedagógicas e sobre o papel da escola na entrega de uma educação que reconheça a diferença como valor constitutivo da experiência humana e não como um desvio a ser corrigido.

Nesse sentido, compreender o TDAH sob o olhar das Ciências Sociais exige deslocar a discussão de um foco meramente clínico para um campo interdisciplinar que envolva dimensões sociológicas, culturais e políticas do processo educacional, reconhecendo o sujeito com TDAH como participante ativo do espaço escolar e social. As Ciências Sociais, ao abordarem o TDAH, problematizam a medicalização dos comportamentos dentro da escola, e a constante transformação de diferenças cognitivas e características comportamentais em algo visto apenas como clínico, que precisa ser corrigido (COLLARES; MOYSÉS, 1994; CONRAD, 2007).

Tal fenômeno evidencia o modo como o discurso biomédico tem se infiltrado nas práticas educacionais, redefinindo fronteiras entre o normal e o patológico e, conseqüentemente, influenciando o modo como a escola compreende e trata a diversidade (ILLICH, 1975). Mantoan (2015) destaca que a inclusão escolar, mais do que uma obrigação legal, é uma transformação ética e na forma de pensar o conhecimento, exigindo que a escola repense suas formas de ensinar, avaliar e conviver com as diferenças.

Assim, o TDAH, quando analisado sob uma perspectiva social e educacional, revela tensões entre o desejo de inclusão e as práticas que, muitas vezes, perpetuam exclusões simbólicas por meio de rótulos gerados pelos diagnósticos. A relevância desta pesquisa está justamente na carência de estudos sistemáticos que articulem a produção científica brasileira sobre o TDAH no âmbito das Ciências Sociais, uma vez que grande parte da literatura existente concentra-se em perspectivas biomédicas e psicopedagógicas (MANTOAN, 2015).

Essa ausência evidencia a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar capaz de compreender o TDAH não apenas como um transtorno

neurobiológico, mas como um fenômeno socialmente construído, inserido em relações de poder e em dinâmicas institucionais que atravessam a escola contemporânea (MOYSÉS; COLLARES, 2013).

Este estudo, portanto, propõe-se a realizar uma revisão de literatura da produção científica brasileira nas Ciências Sociais sobre o TDAH e sua relação com o processo de inclusão escolar, buscando identificar as principais ideias, abordagens teóricas, metodologias utilizadas e as discussões presentes na literatura nacional. O objetivo central da pesquisa é analisar criticamente como as produções acadêmicas brasileiras têm abordado o TDAH a partir das Ciências Sociais, identificando tendências, lacunas e contribuições para o debate sobre a inclusão escolar.

Especificamente, busca-se mapear os principais autores e periódicos que tratam da temática, examinar as concepções teóricas de inclusão e diferença presentes aos estudos, verificar as abordagens metodológicas predominantes e discutir as implicações sociais e educacionais dessas produções no contexto das políticas públicas de inclusão.

Ao propor essa análise, pretende-se oferecer elementos para a reflexão sobre como a escola brasileira tem sido atravessada por discursos médicos, psicológicos e pedagógicos que redefinem o que se entender por diferença e normalidade no ambiente educacional.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota o método da revisão de literatura sistematizada, com base em procedimentos de rigor científico descritos por Bardin (2016) e Gil (2019). A investigação parte da seleção e análise de artigos publicados em periódicos brasileiros indexados nas bases SciELO, Periódicos CAPES e Google Scholar, no período de 2010 a 2025, utilizando-se descritores como “TDAH”, “inclusão escolar”, “medicalização da educação” e “Ciências Sociais”. Após o levantamento, será realizada a análise de conteúdo, conforme a metodologia de Bardin (2016), a fim de identificar os principais temas, organizados em categorias e padrões nos discursos que mostrem as formas de construção sobre o temas no campo científico brasileiro.

Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa e descritiva, orientada pela perspectiva crítica das Ciências Sociais, que compreende o fenômeno educacional como produto de relações sociais e históricas (BOURDIEU, 1998; FOUCAULT, 1999). A justificativa teórica e social da pesquisa está na urgência de repensar a inclusão de estudantes com TDAH para além das categorias clínicas e normativas,

compreendendo-a como um processo político e cultural que precisa de transformações nas práticas pedagógicas e nas concepções de aprendizagem. A patologização do comportamento infantil, amplamente discutida por Illich (1975) e retomada no Brasil por Moysés e Collares (2013), denuncia o perigo de reduzir a complexidade da experiência educativa a um diagnóstico, enfraquecendo o papel emancipatório da escola.

Ao analisar criticamente a produção científica nacional, esta investigação contribui para uma compreensão mais ampla e plural das diferenças no espaço escolar, reafirmando o compromisso das Ciências Sociais com a promoção da equidade e da justiça educacional.

A estrutura deste trabalho foi organizada de modo a favorecer uma leitura progressiva e articulada dos aspectos teóricos, metodológicos e analíticos da pesquisa. O primeiro capítulo, correspondente a esta introdução, apresenta a contextualização do tema, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a estrutura geral do estudo.

O segundo capítulo, denominado Fundamentação Teórica, discute os conceitos de TDAH, medicalização e inclusão escolar sob o olhar das Ciências Sociais e da Educação, destacando as principais contribuições teóricas nacionais e internacionais.

O terceiro capítulo, Revisão da Produção Científica Brasileira, apresenta a análise dos artigos selecionados, descrevendo as abordagens teóricas e metodológicas predominantes e identificando ausências e padrões nos estudos sobre o tema.

Por fim, as Considerações Finais, sintetiza os resultados obtidos, refletindo sobre as contribuições do estudo para o campo das políticas educacionais e propondo direções futuras para o aprofundamento da discussão sobre TDAH e inclusão no ambiente escolar.

## **2 TDAH, MEDICALIZAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO**

A discussão sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto escolar brasileiro exige uma abordagem teórica que ultrapasse os limites da psicologia clínica e da neurociência<sup>1</sup>, inserindo-se no campo mais amplo das Ciências Sociais e da Educação. O debate contemporâneo sobre inclusão escolar, diversidade e diferença impõe a necessidade de compreender o TDAH não apenas como não somente como um transtorno definido pela medicina, mas como uma ideia que foi sendo construída pela sociedade, de acordo com o momento histórico, as formas de conhecimento e a influência de instituições como a escola e a medicina (FOUCAULT, 1999; ROSE, 2013).

Nesse sentido, a perspectiva de Michel Foucault (1999) oferece um marco analítico fundamental ao evidenciar que as classificações diagnósticas não constituem meras descobertas científicas, mas efeitos de dispositivos de poder que produzem regimes de verdade. Como aponta Foucault (1999), os processos de normalização operam por meio da definição do que é considerado aceitável ou desviante, estruturando práticas de vigilância e correção. Assim, o TDAH pode ser compreendido como uma categoria que emerge da articulação entre saberes médicos, psicológicos e pedagógicos, produzindo formas específicas de subjetivação no interior da escola moderna.

Essa leitura encontra ressonância no campo da Sociologia da Educação, especialmente nas contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, que analisam a escola como um espaço de reprodução de desigualdades sociais e simbólicas. Para Bourdieu e Passeron (2014), o sistema educacional opera sob a aparência de neutralidade, mas legitima hierarquias ao transformar diferenças sociais em desigualdades escolares. Nesse contexto, o estudante diagnosticado com TDAH é frequentemente enquadrado como portador de déficits individuais, sendo alvo de práticas classificatórias que reforçam mecanismos de exclusão e distinção.

A partir dessa articulação entre normalização e reprodução social, torna-se possível compreender como comportamentos como desatenção, inquietude e impulsividade são interpretados à luz de padrões escolares homogêneos. Conforme argumenta Bourdieu (1998), a escola tende a naturalizar diferenças que são, na

---

<sup>1</sup> Este estudo não questiona a relevância clínica do diagnóstico do TDAH, que é fundamental para a identificação das necessidades do indivíduo e para o planejamento de ações de apoio. O foco da pesquisa concentra-se nas contribuições das Ciências Sociais para compreender seus significados e implicações no contexto escolar.

realidade, socialmente produzidas, deslocando para o indivíduo responsabilidades

que pertencem ao campo institucional. Essa lógica contribui para a consolidação de práticas que privilegiam determinados modos de aprender, em detrimento da pluralidade de experiências e trajetórias.

Nesse ponto, a análise foucaultiana das instituições disciplinares permite aprofundar a compreensão da escola como espaço de regulação dos corpos e das condutas. Foucault (1999) demonstra que o poder disciplinar atua na produção de sujeitos dóceis e úteis, por meio de mecanismos de vigilância, exame e classificação. Assim, comportamentos que escapam às normas estabelecidas são frequentemente interpretados como desvios a serem corrigidos, o que contribui para a expansão de práticas medicalizantes no ambiente escolar.

Essa expansão é analisada por Peter Conrad (2007), que desenvolve o conceito de medicalização da sociedade para descrever o processo pelo qual questões sociais passam a ser definidas e tratadas como problemas médicos. Segundo Conrad (2007), a medicalização redefine diferenças comportamentais como desordens clínicas, promovendo a ampliação do controle médico sobre a vida cotidiana.

Neste sentido, expansão da medicalização não ocorre de forma abstrata, mas se manifesta empiricamente no crescimento dos diagnósticos e intervenções clínicas. Estudos recentes indicam que a prevalência do TDAH tem apresentado aumento significativo nas últimas décadas, passando de cerca de 6,1% no final dos anos 1990 para aproximadamente 10,2% em meados da década de 2010, evidenciando uma ampliação expressiva do reconhecimento diagnóstico (DANIELSON et al., 2018).

Sendo assim, não se limita ao plano teórico, sendo também observável em dados empíricos recentes. Além do crescimento dos diagnósticos e do consumo de medicamentos, estudos recentes apontam para possíveis distorções no processo diagnóstico. Pesquisa realizada em 2022 com crianças previamente diagnosticadas revelou que apenas uma pequena parcela atendia integralmente aos critérios clínicos estabelecidos, indicando a ocorrência de diagnósticos excessivos ou imprecisos (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2024).

Esse dado empírico reforça as análises críticas desenvolvidas por Sandra Caponi e Peter Conrad, ao sugerir que o diagnóstico pode estar sendo utilizado como ferramenta de gestão de comportamentos no ambiente escolar, em detrimento de uma compreensão mais ampla das condições pedagógicas e sociais envolvidas (CAPONI, 2013; CONRAD, 2007).

No Brasil, dados mais recentes apontam que aproximadamente 7,6% das crianças e adolescentes apresentam sintomas compatíveis com o transtorno, com impactos relevantes no desempenho escolar e nas relações sociais. Esse crescimento deve ser analisado criticamente, considerando não apenas fatores clínicos, mas também transformações sociais, institucionais e culturais que ampliam a visibilidade e a classificação desses comportamentos (ARRUDA et al., 2022).

No caso do TDAH, esse processo implica a transformação de dificuldades escolares em diagnósticos individuais, deslocando o foco das condições estruturais para o sujeito.

No contexto brasileiro, as contribuições de Sandra Caponi são centrais para a compreensão da medicalização da infância. Em obras como *Saberes expertos e medicalização no domínio da infância* (CAPONI; BRZOZOWSKI; HELLMANN, 2010) e *Vigiar e medicar* (CAPONI, 2013), a autora evidencia como diferentes saberes especializados particularmente os campos da medicina, psicologia e educação, participam da construção de categorias diagnósticas e da regulação dos comportamentos infantis.

Essa dinâmica também pode ser observada no aumento do consumo de medicamentos psicoestimulantes no Brasil. Estudos apontam que o uso de metilfenidato, principal fármaco utilizado no tratamento do TDAH, tem crescido de forma expressiva nas últimas décadas, com aumentos superiores a 300% na produção e importação em determinados períodos (ORTEGA et al., 2010).

Mais recentemente, análises baseadas em dados nacionais indicam a continuidade dessa tendência até 2025, evidenciando a consolidação do tratamento medicamentoso como uma das principais respostas às dificuldades escolares associadas ao diagnóstico. Tal cenário reforça a interpretação de que a medicalização da infância se constitui como um fenômeno estrutural, articulado a interesses institucionais e ao modelo biomédico predominante (CAPONI, 2013).

Esses estudos demonstram que a medicalização não se restringe ao campo da saúde, mas se articula com práticas institucionais, especialmente no ambiente escolar, contribuindo para a produção de normas e para a classificação de sujeitos (CONRAD, 2007; CAPONI, 2013).

Em continuidade a essa perspectiva, Sandra Caponi e Martinhago (2021) aprofundam a análise ao demonstrar que o diagnóstico de TDAH deve ser compreendido como parte de um processo mais amplo de governo da infância,

no qual discursos científicos e práticas institucionais convergem para a gestão dos comportamentos. Tal abordagem evidencia que o diagnóstico não apenas descreve uma condição, mas produz efeitos concretos na trajetória escolar dos sujeitos.

Essa crítica é reforçada pelas análises de Collares e Moysés (1994), que denunciam a transformação do espaço escolar em espaço clínico, no qual comportamentos cotidianos passam a ser interpretados como sinais de patologias.

Para as autoras, a predominância do discurso médico sobre o pedagógico desloca a responsabilidade das instituições educacionais para o indivíduo, contribuindo para processos de patologização da infância. Essa problemática é retomada por Moysés e Collares (2013), que identificam na medicalização uma forma contemporânea de exclusão, na medida em que a rotulação diagnóstica, sob o discurso do cuidado, reforça mecanismos de segregação.

Essa dinâmica de medicalização também se expressa no âmbito das políticas públicas e da organização dos serviços de saúde. No Brasil, observa-se um aumento significativo na demanda por atendimentos especializados relacionados ao TDAH, evidenciando a centralidade do diagnóstico na gestão das dificuldades escolares e comportamentais. Em 2022, foram registrados mais de 229 mil atendimentos ambulatoriais vinculados ao transtorno em crianças, concentrados principalmente em serviços especializados (BRASIL, 2023).

Esse crescimento da demanda institucional reforça a análise desenvolvida por Sandra Caponi, ao evidenciar que a medicalização da infância não se restringe ao campo clínico, mas se articula com políticas públicas e práticas institucionais, consolidando o diagnóstico como principal estratégia de intervenção (CAPONI, 2013).

Articulando essa discussão com o campo da educação inclusiva, autoras como Mantoan (2015) e Carvalho (2018) propõem uma ruptura com a lógica integradora tradicional, defendendo uma perspectiva que reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Para Mantoan (2015), a inclusão não se limita à presença física do aluno na escola, mas exige transformações profundas nas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas. Essa abordagem desloca o foco do déficit individual para a responsabilidade institucional, reafirmando o direito à educação como princípio fundamental.

No âmbito das Ciências Sociais contemporâneas, Nikolas Rose contribui ao analisar os transtornos do comportamento como parte de estratégias de governamentalidade, nas quais a gestão da subjetividade se torna central. Segundo

Rose (2013), os indivíduos passam a ser regulados por meio de dispositivos que articulam saberes científicos e práticas institucionais, produzindo sujeitos responsáveis por sua própria adaptação. Essa perspectiva dialoga com a noção foucaultiana de biopolítica, na qual o poder incide sobre a vida e suas formas de expressão.

Em complemento, Ivan Illich (1975) oferece uma crítica à expansão das instituições modernas e à crescente dependência de especialistas, argumentando que a medicalização contribui para a perda de autonomia dos sujeitos. Tal reflexão permite compreender como a escola contemporânea, ao incorporar discursos médicos como parâmetro de normalidade, reforça processos de homogeneização que desconsideram a pluralidade dos modos de aprender.

A literatura recente no Brasil reforça essas análises ao evidenciar as contradições entre o discurso da inclusão e as práticas escolares. Estudos como os de Silva e Almeida (2020) apontam que a inclusão de alunos com TDAH ainda enfrenta barreiras estruturais, formativas e atitudinais, revelando a persistência de modelos educacionais excludentes. Embora políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabeleçam diretrizes para a inclusão, sua implementação permanece limitada diante de desafios institucionais e culturais.

Diante desse cenário, autores como Carvalho (2018) e Edgar Morin (2005) defendem a necessidade de uma abordagem epistemológica complexa, capaz de articular diferentes dimensões do conhecimento. Para Morin (2005), a educação deve preparar os sujeitos para compreender simultaneamente a unidade e a diversidade da condição humana, o que implica reconhecer a interdependência entre fatores biológicos, sociais e culturais.

Em síntese, a fundamentação teórica deste estudo articula três eixos centrais: a crítica sociológica à medicalização e à patologização da infância; a análise das práticas de poder e normalização no contexto escolar; e as perspectivas pedagógicas da inclusão como projeto ético e político. Esses referenciais permitem compreender o TDAH não apenas como um transtorno, mas como um fenômeno social complexo, que mobiliza discursos, práticas e políticas, evidenciando as tensões entre normalidade e diferença, entre diagnóstico e direito, e entre saúde e educação. A partir dessa base, torna-se possível analisar criticamente a produção científica brasileira,

identificando tanto seus avanços quanto suas contradições no enfrentamento das demandas da educação inclusiva no século XXI.

Paralelamente, observa-se também a ampliação do interesse social pelo tema, evidenciada pelo crescimento expressivo nas buscas por informações sobre TDAH, que aumentaram significativamente nos últimos anos, refletindo sua centralidade no debate contemporâneo sobre saúde mental e educação.

Esse fenômeno reforça a necessidade de abordagens críticas que evitem tanto a negação do transtorno quanto sua naturalização acrítica, situando-o no cruzamento entre dimensões biológicas, sociais e institucionais.

### 3 REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (2010–2025)

O presente capítulo apresenta uma revisão ampliada e crítica da produção científica brasileira sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua relação com a inclusão no ambiente escolar no período 2010–2025.

A literatura analisada dialoga com a perspectiva desenvolvida por Sandra Caponi, que compreende a medicalização como um processo ampliado de regulação social. Conforme discutido em *Vigiar e medicar* (CAPONI, 2013), observa-se que práticas escolares e discursos especializados convergem na produção de categorias diagnósticas que orientam intervenções sobre o comportamento infantil. Nesse sentido, o TDAH pode ser interpretado não apenas como uma condição clínica, mas como parte de um conjunto de estratégias de gestão da infância no contexto contemporâneo.

Portanto, a análise articula três dimensões interdependentes: (a) evidências epidemiológicas e tendências de diagnóstico e utilização de medicamentos; (b) estudos empíricos sobre percepção e práticas docentes, com destaque para as contribuições de Sandra Caponi e colaboradores; e (c) pesquisas e reflexões das Ciências Sociais que problematizam a medicalização, as políticas públicas e as lacunas metodológicas existentes.

Para garantir rigor metodológico, foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2025, em português ou inglês, que abordassem diretamente o TDAH em interface com a educação, inclusão escolar ou medicalização, no contexto brasileiro. Foram excluídos estudos exclusivamente clínicos, sem abordagem educacional ou social, bem como trabalhos sem metodologia explícita.

O processo de seleção ocorreu em três etapas: (1) leitura dos títulos e resumos; (2) leitura integral dos textos selecionados; (3) categorização temática com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

As categorias analíticas definidas foram: medicalização da educação; práticas escolares; inclusão escolar; patologização da infância; papel docente; políticas públicas.

Sempre que pertinente, apresento dados e achados de estudos recentes e indico as limitações metodológicas das investigações para subsidiar propostas de agenda de pesquisa.

A análise da produção científica evidencia uma tensão central no campo: enquanto estudos epidemiológicos e clínicos tendem a consolidar o TDAH como categoria diagnóstica estável, as Ciências Sociais problematizam sua construção social e seus efeitos institucionais. Observa-se que há convergência quanto ao aumento dos diagnósticos e ao crescimento do uso de medicamentos, porém divergência quanto à interpretação desse fenômeno. Parte da literatura o compreende como avanço no reconhecimento de necessidades específicas, enquanto outra o interpreta como expressão da medicalização da vida escolar. Essa tensão revela que o TDAH não pode ser compreendido de forma unívoca, exigindo abordagens interdisciplinares que considerem tanto aspectos biológicos quanto sociais.

### **3.1 Tendências Epidemiológicas, Diagnóstico e Consumo de Medicamentos - Panorama Nacional e Implicações Para A Escola**

As estimativas de prevalência de TDAH no Brasil e em diferentes subpopulações apresentam grande variabilidade, reflexo de diferenças metodológicas (instrumentos de rastreio, critérios diagnósticos, faixa etária, amostragem) e de processos sociais que influenciam a procura e o registro diagnóstico.

Em estudo populacional representativo, Polanczyk et al. (2010) encontraram prevalência global de triagem positiva para TDAH de 5,8% na amostra brasileira, indicando um patamar compatível com revisões internacionais, mas também ressaltando heterogeneidade regional. Pesquisas e boletins institucionais posteriores apontam intervalos amplos — de menos de 1% a mais de 20% em determinadas estimativas administrativas — o que sugere problemas de uniformidade na detecção e registro do transtorno.

Esses números têm implicações diretas para o ambiente escolar: áreas com maior índice de triagem ou diagnóstico tendem a experimentar maior demanda por suporte pedagógico e por encaminhamentos clínicos, pressionando os professores e os serviços de saúde integrados à educação. Paralelamente, o padrão de prescrição e consumo de estimulantes (principalmente metilfenidato) no Brasil tem sido objeto de preocupação na literatura, tanto pelo aumento do consumo quanto pelas variações regionais e pelo uso *off-label* entre estudantes universitários.

Revisões sobre a produção científica nacional mostram um crescimento de estudos sobre metilfenidato nas últimas décadas e indicam a necessidade de

monitoramento sanitário e de políticas que articulem prescrição clínica com supervisão educativa e acompanhamento longitudinal. Esse cenário coloca a escola em posição ambígua: ao mesmo tempo em que recebe recomendações e relatórios clínicos, muitas vezes carece de orientação técnica para integrar intervenções farmacológicas a práticas pedagógicas inclusivas e não estigmatizantes.

### **3.2 Percepções e Práticas Docentes: Evidências Empíricas**

Uma porção significativa da produção brasileira concentra-se em estudos que investigam o conhecimento, as representações e as práticas de professores frente a alunos com comportamentos associados ao TDAH.

Esses trabalhos indicam padrões recorrentes: (i) professores identificam TDAH principalmente por manifestações comportamentais (agitação, desatenção, impulsividade); (ii) há lacunas na formação inicial e continuada sobre manejo pedagógico dessas diferenças; (iii) as respostas institucionais frequentemente privilegiam encaminhamentos clínicos em detrimento de adaptações curriculares estruturadas; e (iv) existe preocupação quanto à estigmatização e à rotulação precoce. Essas conclusões emergem tanto de estudos qualitativos como de pesquisas survey em diferentes realidades regionais.

Os estudos desenvolvidos por Martinhago e Caponi (2019) (Sandra Caponi como coautora) constituem um núcleo empírico importante para o entendimento das dinâmicas escolares no Sul do país. A investigação com professores em uma escola pública do Sul forneceu evidências detalhadas sobre as estratégias que docentes utilizam para identificar comportamentos percebidos como indicativos de TDAH e sobre suas respostas pedagógicas que, em muitos casos, são pontuais, reativas e dependentes de encaminhamento a serviços de saúde.

O trabalho ressalta a centralidade da formação docente e do diálogo família escola para a construção de práticas inclusivas, além de evidenciar o risco de que a rotulação diagnóstica substitua reformulações institucionais necessárias (por exemplo, organização de rotina, diferenciação didática, avaliação flexível).

A pesquisa de Caponi e colaboradores também oferece pistas metodológicas úteis: estudos de caso bem documentados permitem captar a complexidade das

interações em sala de aula e as contingências locais que moldam decisões pedagógicas.

### **3.3 Intervenções Pedagógicas no Campo Brasileiro: Evidências de Eficácia e Limites Contextuais**

A literatura nacional recente tem produzido propostas e relatos de intervenção que privilegiam adaptações do ambiente de aprendizagem (rotinas estruturadas, instruções claras e fragmentadas, reforço positivo, uso de recursos multimodais<sup>2</sup> e de estratégias de autorregulação) e programas de formação docente.

Revisões integradoras indicam que intervenções pedagógicas bem planejadas, quando associadas ao suporte familiar e a práticas intersetoriais, podem reduzir dificuldades acadêmicas e comportamentais sem depender exclusivamente de medicação. Contudo, a maioria dos estudos relata pequenas escalas amostrais, seguimento de curto prazo e ausência de controles randomizados robustos, limitando inferências causais e a generalização de protocolos.

Dessa forma, apesar do consenso crescente sobre a utilidade de práticas não farmacológicas, há necessidade de estudos de maior porte e de avaliações de efetividade em contextos diversos (público/privado, diferentes níveis socioeconômicos e realidades municipais).

### **3.4 Perspectivas das Ciências Sociais: Medicalização, Desigualdades e Institucionalidade Escolar**

As investigações das Ciências Sociais reforçam que o TDAH deve ser compreendido como fenômeno que atravessa saberes biomédicos, práticas educativas e dispositivos legais.

Pesquisas críticas destacam como a medicalização pode funcionar como mecanismo de regulação social: ao individualizar dificuldades que têm causas estruturais (sobrecarga de turmas, falta de recursos, currículos rígidos), o diagnóstico desloca a responsabilidade institucional para o sujeito e sua família.

---

<sup>2</sup> Recursos multimodais correspondem a estratégias pedagógicas que combinam diferentes modos de representação da informação, como linguagem verbal, imagens, vídeos, gráficos, esquemas, recursos sonoros, gestos e atividades práticas, favorecendo múltiplas formas de compreensão, processamento e expressão do conhecimento pelos estudantes (CARVALHO, 2012).

Essa análise tem implicações normativas: políticas de inclusão que não enfrentam as estruturas — formação docente, financiamento, apoio interdisciplinar —

tendem a produzir inclusão formal (presença física) sem mudança substancial nas condições de aprendizagem.

Em termos práticos, as Ciências Sociais chamam atenção para a necessidade de políticas públicas que integrem saúde, educação e assistência social, reconhecendo os determinantes sociais da escolarização e do comportamento.

### **3.4 Lacunas Metodológicas e Prioridades de Pesquisa Para o Contexto Brasileiro**

A revisão evidencia lacunas persistentes que comprometem o avanço do conhecimento aplicável: (i) escassez de estudos longitudinais que acompanhem trajetórias escolares e efeitos de intervenções ao longo do tempo; (ii) falta de pesquisas multicêntricas que permitam analisar variação regional e influências socioculturais; (iii) insuficiência de avaliações de políticas públicas municipais/estaduais de inclusão para alunos com TDAH; (iv) escasso uso de desenhos experimentais robustos para testar protocolos pedagógicos; e (v) carência de estudos que articulem indicadores epidemiológicos (prevalência, prescrição) com análises sociológicas e educacionais.

Essas lacunas apontam para uma agenda de pesquisa orientada por métodos mistos, com ênfase em estudos de impacto e em parcerias entre universidades, redes de ensino e serviços de saúde.

### **3.5 Síntese Crítica e Implicações para Prática e Políticas Escolares**

Sinteticamente, a produção brasileira (2010–2025) mostra avanços importantes — maior pluralidade metodológica, aumento de revisões integradoras e 26 crescente diálogo entre pesquisadores de educação e saúde —, mas também revela riscos: tendência à fragmentação disciplinar, prevalência de estudos localizados e dependência de encaminhamentos clínicos como resposta principal.

A contribuição de estudos regionais e de autoras como Sandra Caponi é valiosa por oferecer evidência empírica situada que ilumina como práticas docentes e contextos escolares concretos interagem com discursos diagnósticos e políticas de inclusão.

Para a escola, as recomendações práticas derivadas dessa literatura são claras: investir em formação docente continuada que contemple a complexidade do TDAH; implementar protocolos de intervenção pedagógica baseados em evidência; fortalecer a articulação intersetorial (educação-saúde-assistência); e promover avaliação contínua das políticas de inclusão, com indicadores que considerem tanto resultados acadêmicos quanto bem-estar e participação social dos estudantes.

### **3.6 Propostas de Pesquisa e Articulação Interinstitucional (Diretrizes Para Investigação Futura)**

Com base nas lacunas identificadas, proponho algumas diretrizes concretas para uma agenda de pesquisa nacional: (a) estudos longitudinais multicêntricos que acompanhem coortes escolares desde a educação infantil até o ensino médio, articulando dados clínicos e educacionais; (b) ensaios controlados de protocolos pedagógicos combinados com medidas de qualidade de vida e desempenho; (c) pesquisas-ação que envolvam professores, famílias e serviços de saúde como coprodutores de conhecimento; (d) avaliações de impacto de políticas públicas municipais sobre inclusão de alunos com TDAH; e (e) estudos etnográficos que descrevam micro-práticas em salas de aula heterogêneas para informar formação docente contextualizada.

A construção dessas linhas exige financiamento direcionado e políticas de cooperação entre CAPES/CNPq, secretarias de educação e centros de saúde mental infanto-juvenil.

### **3.7 Síntese Da Produção Científica Brasileira Sobre TDAH e Inclusão Escolar (2010–2025)**

A produção científica brasileira sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua relação com a inclusão escolar cresceu de forma significativa entre os anos de 2010 e 2025. Esse crescimento está diretamente relacionado ao aumento dos diagnósticos de TDAH em crianças e adolescentes, à ampliação das discussões sobre medicalização da infância e às mudanças nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Nesse contexto, o tema passou a ser

analisado não apenas pela medicina e pela psicologia, mas também pelas Ciências Sociais, pela Sociologia da Educação e pela área da Educação Inclusiva.

Os estudos analisados nesta revisão demonstram que o TDAH deixou de ser compreendido apenas como um transtorno individual relacionado à desatenção, hiperatividade e impulsividade. Muitos pesquisadores passaram a discutir o diagnóstico também como fenômeno social e institucional, influenciado pelas exigências escolares, pelos padrões de comportamento considerados adequados e pelas formas contemporâneas de organização da educação. Assim, parte importante da literatura brasileira procura compreender de que maneira a escola participa da construção e da ampliação dos diagnósticos.

Nesse sentido, autores como Michel Foucault (1999; 2008) oferecem contribuições importantes ao demonstrar que instituições como a escola exercem funções de vigilância, classificação e normalização dos sujeitos. Para Foucault, a sociedade moderna organiza mecanismos que definem quais comportamentos são considerados normais e quais são vistos como inadequados ou desviantes. Essa perspectiva ajuda a compreender como determinados comportamentos infantis, como inquietação, dificuldade de concentração ou impulsividade, passaram progressivamente a ser interpretados como sinais clínicos que necessitam de diagnóstico e intervenção.

As contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) também são fundamentais para compreender a relação entre TDAH e inclusão escolar. Segundo os autores, a escola tende a reproduzir desigualdades sociais ao valorizar determinados comportamentos, formas de aprendizagem e modos de organização considerados legítimos. Nesse processo, estudantes que apresentam dificuldades de adaptação às normas escolares acabam sendo classificados como problemáticos ou incapazes. Dessa forma, comportamentos relacionados ao TDAH muitas vezes passam a ser interpretados como falhas individuais, desconsiderando fatores pedagógicos, sociais e institucionais.

A literatura brasileira recente demonstra que o crescimento dos diagnósticos de TDAH está relacionado não apenas ao avanço dos conhecimentos médicos, mas também à expansão dos processos de medicalização da infância. Peter Conrad (2007) define medicalização como o processo pelo qual questões sociais e comportamentais passam a ser interpretadas e tratadas como problemas médicos. No caso do ambiente escolar, dificuldades de aprendizagem, indisciplina ou

comportamentos considerados inadequados passam a ser compreendidos sob uma lógica clínica, favorecendo o aumento de diagnósticos e intervenções medicamentosas.

No Brasil, Sandra Caponi se destaca como uma das principais autoras na análise crítica da medicalização da infância. Em obras como *Vigiar e medicar* (CAPONI, 2013) e *Saberes expertos e medicalização no domínio da infância* (CAPONI; BRZOZOWSKI; HELLMANN, 2010), a autora demonstra que a expansão dos diagnósticos infantis está relacionada à atuação de diferentes saberes especializados, especialmente medicina, psicologia e educação. Segundo Caponi, o diagnóstico de TDAH muitas vezes funciona como mecanismo de regulação dos comportamentos escolares, deslocando para a criança responsabilidades que também pertencem às instituições educacionais.

Essa crítica também aparece nas pesquisas de Collares e Moysés (1994) e de Moysés e Collares (2013), que analisam a transformação da escola em espaço clínico. As autoras afirmam que dificuldades pedagógicas passaram a ser tratadas como doenças ou transtornos individuais, contribuindo para processos de patologização da infância. Nessa lógica, problemas relacionados ao sistema educacional, à formação docente ou às desigualdades sociais acabam sendo interpretados como limitações biológicas dos estudantes.

Ao mesmo tempo, a literatura analisada evidencia que o diagnóstico de TDAH não deve ser negado ou desconsiderado. Muitos estudos reconhecem que o transtorno produz impactos reais na vida escolar e social das crianças e adolescentes, exigindo acompanhamento adequado e práticas pedagógicas específicas. Nesse sentido, pesquisas como as de Silva e Almeida (2020) e Souza e Lima (2022) destacam a importância da formação docente, da adaptação curricular e do desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas.

Esses estudos apontam que professores frequentemente relatam dificuldades para trabalhar com estudantes diagnosticados com TDAH, principalmente devido à falta de preparo durante a formação inicial e à ausência de apoio institucional. Estratégias como organização da rotina, flexibilização das atividades, uso de reforço positivo, acompanhamento individualizado e valorização das potencialidades dos estudantes aparecem como práticas importantes para favorecer a inclusão escolar.

As discussões sobre inclusão também estão fortemente relacionadas às políticas públicas educacionais brasileiras. A Política Nacional de Educação Especial

na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que todos os estudantes têm direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem no ensino regular. Esse documento representa importante marco legal na defesa da educação inclusiva e reforça a responsabilidade da escola na construção de práticas pedagógicas acessíveis e democráticas.

Nesse campo, autoras como Maria Teresa Eglér Mantoan (2015) e Rosita Edler Carvalho (2018) defendem que a inclusão não significa apenas inserir o aluno na escola regular, mas transformar as estruturas escolares para atender à diversidade humana. Para essas autoras, a escola inclusiva deve reconhecer que cada estudante aprende de maneira diferente, superando modelos padronizados de ensino e avaliação.

Além disso, Edgar Morin (2005) contribui para essa discussão ao defender uma educação baseada na complexidade e na integração dos saberes. Segundo o autor, os fenômenos humanos não podem ser compreendidos de forma fragmentada ou simplificada. No caso do TDAH, isso significa reconhecer que fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e pedagógicos estão interligados.

A revisão da literatura também evidencia que o crescimento dos diagnósticos de TDAH ocorre paralelamente ao aumento do consumo de medicamentos psicoestimulantes, especialmente o metilfenidato. Diversos estudos apontam preocupação com o uso excessivo da medicação como principal resposta às dificuldades escolares, sem considerar outras possibilidades pedagógicas e institucionais. Essa realidade reforça as críticas desenvolvidas por autores como Ivan Illich (1975), que problematiza a crescente dependência da sociedade em relação aos especialistas e às soluções medicalizantes.

De forma geral, a produção científica brasileira sobre TDAH e inclusão escolar demonstra que o tema envolve múltiplas dimensões e não pode ser reduzido apenas ao campo médico. Os estudos analisados revelam tensões constantes entre inclusão e exclusão, cuidado e controle, diversidade e normalização. Ao mesmo tempo em que o diagnóstico pode contribuir para garantir apoio pedagógico e acesso a direitos, ele também pode reforçar processos de estigmatização e medicalização quando utilizado de maneira acrítica.

Assim, a literatura contemporânea aponta para a necessidade de abordagens interdisciplinares e humanizadas, capazes de articular educação, saúde e Ciências Sociais. Mais do que adaptar o estudante às normas escolares, a inclusão exige

repensar as próprias práticas institucionais, reconhecendo a diversidade dos modos de aprender e de existir no espaço escolar.

A tabela a seguir sintetiza os principais estudos, artigos e livros analisados nesta revisão de literatura, organizados conforme critérios de seleção estabelecidos. Foram consideradas produções científicas publicadas entre 2010 e 2025, com revisão por pares, pertinência temática (TDAH, inclusão e práticas escolares) e relevância teórico-metodológica (impacto na área e número de citações em bases nacionais e internacionais). Excluíram-se materiais de caráter estritamente clínico sem relação com a educação, textos opinativos ou sem metodologia explicitada, e duplicações de estudos. A busca foi conduzida nas bases Scielo, CAPES Periódicos, PubMed, Google Scholar e LILACS, empregando descritores combinados: TDAH, inclusão escolar, medicalização, práticas docentes, educação inclusiva e Brasil.

**Tabela 1- Tabela 1 – Síntese da Revisão da Produção Científica Brasileira sobre TDAH e Inclusão Escolar (2010–2025)**

| <b>Autor(es) / Ano</b>    | <b>Obra / Artigo</b>                                                                                  | <b>Objetivo e Tipo de Estudo</b>                                                                              | <b>Principais Resultados e Contribuições</b>                                                                                                  | <b>Crítérios de Inclusão na Revisão</b>                                          |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| MARTINHAGO; CAPONI (2019) | <i>TDAH em crianças e adolescentes: estudo com professores em uma escola pública do Sul do Brasil</i> | Estudo de caso qualitativo voltado à análise das percepções docentes sobre estudantes diagnosticados com TDAH | Evidencia lacunas na formação docente, processos de medicalização precoce e necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas | Relevância nacional; interface educação-saúde; estudo empírico qualitativo       |
| CAPONI; MARTINHAGO (2021) | <i>Medicalização da infância e diagnóstico de TDAH: reflexões críticas no contexto brasileiro</i>     | Ensaio teórico fundamentado nas Ciências Sociais e Saúde Coletiva                                             | Analisa o diagnóstico de TDAH como construção sociocultural e problematiza a medicalização da infância no contexto escolar                    | Fundamentação crítica; relevância sociológica; produção brasileira de referência |
| POLANCZYK et al. (2007)   | <i>The worldwide</i>                                                                                  | Revisão sistemática                                                                                           | Aponta crescimento dos                                                                                                                        | Referência internacional;                                                        |

| <b>Autor(es) / Ano</b>  | <b>Obra / Artigo</b>                                                               | <b>Objetivo e Tipo de Estudo</b>                                      | <b>Principais Resultados e Contribuições</b>                                                                         | <b>CrITÉrios de Inclusão na Revisão</b>                 |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
|                         | <i>prevalence of ADHD: a systematic review and metaregression analysis</i>         | internacional sobre prevalência do TDAH                               | diagnósticos de TDAH e variabilidade epidemiológica entre contextos sociais e culturais                              | impacto científico; base estatística consolidada        |
| SILVA; ALMEIDA (2020)   | <i>TDAH e inclusão: desafios da escola brasileira</i>                              | Pesquisa qualitativa sobre inclusão escolar de estudantes com TDAH    | Identifica dificuldades estruturais, ausência de formação docente e permanência de práticas excludentes              | Atualidade temática; foco em educação inclusiva         |
| SOUZA; LIMA (2022)      | <i>Formação docente e desafios da inclusão de alunos com TDAH</i>                  | Estudo analítico sobre práticas pedagógicas e formação de professores | Destaca a importância da formação continuada e da adaptação curricular para inclusão escolar                         | Relevância pedagógica; contribuição educacional         |
| BRASIL (2008)           | <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i> | Documento normativo e diretriz legal                                  | Define princípios da educação inclusiva e responsabilidade institucional da escola na garantia do direito à educação | Marco legal indispensável para discussão sobre inclusão |
| MANTOAN (2015)          | <i>Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?</i>                             | Obra teórica sobre educação inclusiva                                 | Defende transformação das práticas escolares e valorização da diversidade                                            | Referência clássica em inclusão escolar                 |
| CARVALHO (2018)         | <i>Educação inclusiva: com os pingos nos "is"</i>                                  | Discussão teórica sobre políticas e práticas inclusivas               | Problematiza desafios institucionais da inclusão e necessidade de mudanças estruturais                               | Relevância no campo da educação inclusiva               |
| COLLARES; MOYSÉS (1994) | <i>A transformação do espaço</i>                                                   | Estudo crítico sobre                                                  | Analisa a transformação de dificuldades                                                                              | Referência crítica sobre medicalização                  |

| Autor(es) / Ano                     | Obra / Artigo                                                                                                         | Objetivo e Tipo de Estudo                                       | Principais Resultados e Contribuições                                                                                    | Critérios de Inclusão na Revisão               |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| MOYSÉS; COLLARE S (2013)            | <i>escolar em espaço clínico</i><br><br><i>Medicalização e escolarização: uma crítica à patologização da infância</i> | patologização da educação<br><br>Obra teórica crítica           | escolares em problemas médicos<br><br>Denuncia processos contemporâneos de medicalização da infância no ambiente escolar | Contribuição crítica consolidada               |
| CAPONI; BRZOZOWSKI; HELLMANN (2010) | <i>Saberes expertos e medicalização no domínio da infância</i>                                                        | Coletânea interdisciplinar sobre medicalização                  | Analisa a atuação de saberes especializados na produção de diagnósticos infantis                                         | Interface entre educação, medicina e sociedade |
| CONRAD (2007)                       | <i>The medicalization of society</i>                                                                                  | Análise sociológica da medicalização                            | Discute a expansão do discurso médico sobre comportamentos sociais                                                       | Referência internacional em medicalização      |
| FOUCAULT (1999)                     | <i>Vigiar e punir: nascimento da prisão</i>                                                                           | Análise filosófica e sociológica das instituições disciplinares | Fundamenta a compreensão da escola como espaço de vigilância, normalização e classificação                               | Base teórica das Ciências Sociais              |
| FOUCAULT (2008)                     | <i>Nascimento da biopolítica</i>                                                                                      | Estudo sobre governamentalidade e biopolítica                   | Analisa mecanismos contemporâneos de gestão dos sujeitos e controle social                                               | Fundamentação crítica sobre biopolítica        |
| BOURDIEU ; PASSERON (2014)          | <i>A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino</i>                                                   | Estudo sociológico da educação                                  | Analisa a escola como espaço de reprodução de desigualdades simbólicas e sociais                                         | Referência clássica da Sociologia da Educação  |
| MORIN (2005)                        | <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i>                                                               | Reflexão epistemológica sobre educação                          | Defende abordagem complexa e interdisciplinar da                                                                         | Relevância epistemológica                      |

| Autor(es) / Ano | Obra / Artigo                                        | Objetivo e Tipo de Estudo                                   | Principais Resultados e Contribuições                                                          | Critérios de Inclusão na Revisão             |
|-----------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| ROSE (2013)     | <i>Governando a alma: a formação do eu econômico</i> | Estudo sociológico sobre subjetividade e governamentalidade | educação contemporânea<br>Analisa processos de regulação da subjetividade na contemporaneidade | Referência crítica contemporânea             |
| ILLICH (1975)   | <i>A expropriação da saúde: nêmesis da medicina</i>  | Crítica social às instituições médicas modernas             | Problematiza a dependência crescente de especialistas e processos de medicalização             | Referência clássica da crítica institucional |

Fonte: Produção própria da autora (2025)

E a seguir o quadro destaca os critérios de escolha dos artigos utilizados ao longo da pesquisa.

#### Quadro 1 – Critérios de Escolha dos Estudos para Composição do Corpus da Revisão

| Critério                   | Descrição Aplicada                                                                                                        |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Período temporal           | Publicações entre 2010 e 2025, incluindo estudos empíricos, ensaios teóricos, revisões e documentos normativos            |
| Idioma e contexto          | Estudos publicados em português ou inglês com relevância para o contexto brasileiro                                       |
| Bases de dados consultadas | SciELO, CAPES Periódicos, Google Scholar, PubMed e LILACS                                                                 |
| Tipo de fonte              | Artigos científicos, livros, dissertações, revisões integrativas e documentos oficiais                                    |
| Critérios de relevância    | Discussão direta sobre TDAH e inclusão escolar; medicalização; práticas pedagógicas; formação docente; políticas públicas |
| Critérios teóricos         | Inclusão de autores clássicos das Ciências Sociais, Sociologia da Educação e Educação Inclusiva                           |
| Exclusões                  | Estudos exclusivamente biomédicos, artigos duplicados e publicações sem revisão por pares                                 |

Fonte: Produção própria da autora (2025)

### 3.7.1 Análise interpretativa (síntese narrativa da tabela)

A análise da produção científica brasileira sobre TDAH e inclusão escolar entre os anos de 2010 e 2025 demonstra que o tema vem sendo discutido de forma cada vez mais ampla e interdisciplinar. Embora o transtorno ainda seja frequentemente abordado a partir de perspectivas biomédicas e psicológicas, observa-se um crescimento significativo de estudos que procuram compreender o TDAH também como fenômeno social, educacional e institucional.

Os trabalhos analisados evidenciam que a ampliação dos diagnósticos de TDAH está relacionada não apenas ao avanço dos conhecimentos médicos, mas também às transformações ocorridas na escola contemporânea e às mudanças nas formas de compreender a infância e o comportamento infantil. Nesse sentido, parte importante da literatura crítica aponta que dificuldades escolares, inquietação e desatenção passaram progressivamente a ser interpretadas como problemas clínicos, favorecendo processos de medicalização da infância.

As contribuições de Sandra Caponi e colaboradores ocupam posição central nesse debate. Em diferentes estudos, as autoras demonstram que a medicalização da infância não ocorre de maneira isolada, mas está vinculada à atuação de instituições sociais e de saberes especializados, como medicina, psicologia e educação (CAPONI, 2013; CAPONI; MARTINHAGO, 2021). Essa perspectiva permite compreender que o diagnóstico de TDAH produz efeitos que ultrapassam o campo da saúde, influenciando diretamente as trajetórias escolares e os processos de inclusão dos estudantes.

As análises desenvolvidas por Michel Foucault (1999; 2008) também aparecem como referência importante na literatura revisada. A partir das noções de disciplina, vigilância e biopolítica, o autor possibilita compreender a escola como espaço de normalização dos comportamentos. Dessa forma, comportamentos considerados inadequados ao modelo escolar tradicional tendem a ser classificados como desvios que precisam ser corrigidos ou tratados. Nesse contexto, o diagnóstico pode funcionar como instrumento de controle e organização das condutas infantis.

No campo da Sociologia da Educação, os estudos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) ajudam a compreender como o sistema escolar contribui para reproduzir desigualdades sociais e simbólicas. Segundo os autores, a escola valoriza determinados padrões de comportamento e aprendizagem, fazendo com que

estudantes que não se adaptam a essas expectativas sejam frequentemente vistos como problemáticos ou incapazes. Essa lógica contribui para a individualização das dificuldades escolares e para o fortalecimento de práticas excludentes.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à crítica à transformação do espaço escolar em espaço clínico. Collares e Moysés (1994) e Moysés e Collares (2013) argumentam que problemas pedagógicos e sociais passaram a ser interpretados como transtornos individuais, deslocando para a criança responsabilidades que também pertencem às instituições educacionais e às condições estruturais da escola. Essas autoras denunciam que a patologização da infância pode produzir processos de exclusão simbólica, mesmo em contextos que se apresentam como inclusivos.

Ao mesmo tempo, os estudos analisados reconhecem que o TDAH possui impactos reais na aprendizagem, nas relações sociais e na vida escolar dos estudantes. Dessa forma, a literatura contemporânea não propõe negar o transtorno, mas questionar abordagens reducionistas e exclusivamente medicalizantes. Pesquisas recentes destacam a importância de práticas pedagógicas inclusivas, da formação continuada de professores e da construção de estratégias educacionais que respeitem a diversidade dos modos de aprender.

Nesse sentido, estudos como os de Silva e Almeida (2020) e Souza e Lima (2022) evidenciam que muitos professores ainda se sentem despreparados para trabalhar com estudantes diagnosticados com TDAH. Entre os principais desafios identificados estão a falta de apoio institucional, a ausência de formação específica e a dificuldade de adaptação curricular. Os autores ressaltam que a inclusão escolar depende não apenas do diagnóstico, mas da capacidade da escola de construir práticas pedagógicas mais flexíveis e acolhedoras.

As contribuições de Mantoan (2015) e Carvalho (2018) reforçam essa perspectiva ao defenderem uma concepção de inclusão baseada na valorização da diversidade humana. Para essas autoras, incluir não significa apenas permitir o acesso do aluno à escola regular, mas transformar as práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas para garantir participação efetiva e aprendizagem significativa a todos os estudantes.

Além disso, a literatura analisada demonstra que o crescimento dos diagnósticos de TDAH está acompanhado pelo aumento do uso de medicamentos psicoestimulantes, especialmente o metilfenidato. Esse fenômeno reforça as críticas

formuladas por autores como Conrad (2007) e Illich (1975), que problematizam a expansão do discurso médico sobre questões sociais e educacionais. A predominância de respostas medicalizantes pode limitar a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas nas dificuldades escolares.

Por fim, a análise interpretativa da produção científica evidencia que o TDAH deve ser compreendido como fenômeno complexo, atravessado por fatores biológicos, sociais, culturais, institucionais e pedagógicos. A literatura brasileira contemporânea aponta para a necessidade de abordagens interdisciplinares que articulem saúde, educação e Ciências Sociais, evitando tanto a negação do transtorno quanto sua naturalização acrítica. Dessa forma, a inclusão escolar de estudantes com TDAH exige não apenas intervenções individuais, mas também transformações estruturais nas práticas educacionais e nas formas de compreender a diversidade no ambiente escolar.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar criticamente a produção científica brasileira nas Ciências Sociais sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua relação com a inclusão no ambiente escolar, no período de 2010 a 2025. A partir de uma revisão de literatura sistematizada, orientada pela análise de conteúdo, buscou-se identificar os principais enfoques teóricos, metodológicos e discursivos presentes na produção nacional, bem como compreender as implicações dessas abordagens para o campo educacional.

Os resultados evidenciam que, embora haja um crescimento significativo de estudos sobre o TDAH no Brasil, a maior parte da produção ainda se concentra em perspectivas biomédicas e psicopedagógicas, sendo relativamente recente e ainda em consolidação a contribuição das Ciências Sociais para esse debate. Nesse sentido, os trabalhos analisados demonstram um esforço importante de deslocamento teórico, ao problematizar o TDAH não apenas como uma condição neurobiológica, mas como uma categoria socialmente construída, atravessada por discursos científicos, práticas institucionais e relações de poder.

A análise permitiu identificar que o fenômeno da medicalização ocupa um lugar central na literatura sociológica, sendo compreendido como um processo que transforma diferenças comportamentais e dificuldades escolares em categorias diagnósticas, frequentemente desvinculadas de seus contextos sociais e educacionais. Tal processo, conforme discutido ao longo do trabalho, contribui para a naturalização de padrões de normalidade e para a individualização de problemas que, muitas vezes, têm origem em estruturas escolares rígidas, práticas pedagógicas padronizadas e desigualdades institucionais.

No que se refere à inclusão escolar, os estudos analisados apontam para uma contradição significativa entre o avanço das políticas públicas inclusivas e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. Embora haja um reconhecimento formal do direito à educação inclusiva, a implementação dessas políticas ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à falta de recursos institucionais e à persistência de concepções normativas de aprendizagem. Nesse contexto, o diagnóstico de TDAH, em vez de promover a inclusão, pode, em determinadas situações, reforçar processos de rotulação e exclusão simbólica.

Observou-se, ainda, que a literatura apresenta tanto convergências quanto divergências importantes. Enquanto parte dos estudos enfatiza a necessidade do diagnóstico como ferramenta de reconhecimento e apoio aos estudantes, outra parcela, especialmente no campo das Ciências Sociais, destaca os riscos da patologização da infância e da redução da complexidade educacional a categorias clínicas. Essa tensão revela a necessidade de abordagens mais integradas e críticas, capazes de articular dimensões biológicas, sociais e pedagógicas do fenômeno.

Do ponto de vista metodológico, a revisão também evidenciou lacunas relevantes, como a escassez de estudos longitudinais, a predominância de pesquisas com recortes locais e a limitada articulação entre dados empíricos e análises sociológicas mais amplas. Tais limitações indicam a necessidade de fortalecimento de agendas de pesquisa que promovam maior integração entre diferentes áreas do conhecimento, bem como o desenvolvimento de investigações que considerem a diversidade de contextos educacionais brasileiros.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em revisão de literatura, o que restringe a análise à produção já publicada e não permite o aprofundamento empírico direto das práticas escolares. Além disso, a seleção de estudos, embora criteriosa, pode não abranger a totalidade das produções existentes, especialmente aquelas não indexadas nas bases consultadas.

Apesar dessas limitações, este trabalho contribui para o campo das Ciências Sociais ao oferecer uma análise sistematizada e crítica da produção brasileira sobre TDAH e inclusão escolar, evidenciando tanto os avanços quanto as contradições presentes nesse debate. Ao deslocar o foco do transtorno em si para os modos sociais e institucionais de sua gestão, a pesquisa reafirma que a inclusão não pode ser reduzida à matrícula ou ao diagnóstico, mas deve ser compreendida como um processo político, pedagógico e ético que exige transformações estruturais na escola.

Tal interpretação dialoga com as análises de Sandra Caponi, que evidenciam como a medicalização da infância se articula a processos mais amplos de normalização e controle social, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica no campo educacional.

Por fim, destaca-se a importância de que futuras pesquisas avancem na construção de abordagens interdisciplinares, na realização de estudos empíricos de maior alcance e na avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes

com TDAH. Espera-se, assim, que este estudo contribua para o fortalecimento de práticas educacionais mais inclusivas, críticas e comprometidas com a valorização da diversidade, promovendo uma educação que reconheça e acolha as múltiplas formas de ser, aprender e participar no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CAPONI, Sandra (org.). *Vigiar e medicar: estratégias de medicalização na infância*. São Paulo: LiberArs, 2013.
- CAPONI, Sandra; BRZOZOWSKI, Fabíola; HELLMANN, Fernando (org.). *Saberes expertos e medicalização no domínio da infância*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- CAPONI, Sandra; MARTINHAGO, Fernanda. Medicalização da infância e diagnóstico de TDAH: reflexões críticas no contexto brasileiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310109, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9wZK7xkK8p7Jt6c6bJ8dF8m/>. Acesso em: 20 out. 2025.
- CARVALHO, Rosita Edler. ***Educação inclusiva: com os pingos nos “is”***. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A. *A transformação do espaço escolar em espaço clínico: a patologização da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- CONRAD, Peter. *The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 6. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINHAGO, Fernanda; CAPONI, Sandra. TDAH em crianças e adolescentes: estudo com professores em uma escola pública do sul do Brasil. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 11, n. 30, p. 78–98, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69727>. Acesso em: 20 out. 2025.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L. *Medicalização e escolarização: uma crítica à patologização da infância*. Campinas: Autores Associados, 2013.

POLANCZYK, Guilherme V. et al. The worldwide prevalence of ADHD: a systematic review and metaregression analysis. *American Journal of Psychiatry*, v. 164, n. 6, p. 942–948, 2007. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6878319/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROSE, Nikolas. *Governando a alma: a formação do eu econômico*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Renata; ALMEIDA, João. TDAH e inclusão: desafios da escola brasileira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 935–952, 2020.

SOUZA, L. M.; LIMA, A. C. Formação docente e desafios da inclusão de alunos com TDAH. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022.